

US\$ 2 milhões para produzir fitas

por Eduardo Hollanda
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

O primeiro, a cargo do governo do Distrito Federal, pretende montar um centro de pós-produção de cinema e vídeo com padrão técnico comparável ao dos Estados Unidos e da Europa. "Queremos oferecer condições técnicas de tal modo boas que os cineastas e produtores de vídeo não precisem ir ao exterior para a pós-produção de seus filmes e vídeos. Isto é, vamos dizer a eles que, se quiserem ir pagar em dólar, podem, mas que aqui, em cruzeiros, terão a mesma qualidade e o mesmo aperfeiçoamento técnico", comenta. Para esses centros de pós-produção, a decisão do conselho diretor foi esperar até a conclusão das obras, no caso do vídeo, para comprar o que for de última geração. No caso do cinema, já neste ano haverá a compra de um equipamento básico.

Nesta cidade cenográfica, além dos estúdios do governo, serão oferecidos lotes para construção de estúdios. "A idéia é permitir que um filme, com externas e cenas de estúdio, possa ser inteiramente rodado aqui em Brasília, como acontece hoje nos grandes estúdios do mundo, em Los Angeles ou em Londres", diz, confiante, Stumpf. A formação do conselho diretor do Pólo de Cinema e Vídeo de Brasília, para Stumpf, é uma garantia de credibilidade para o projeto. "São seis membros do governo: Fernando Lemos, secretário de Comunicação; Washington Novaes, secretário de Meio Am-

biente; Renato Riella, secretário de Trabalho; Márcio Cotrim, secretário de Cultura; Vasco Ervilha, presidente do BRB; e eu. Os outros seis conselheiros são José D'Arrochela Lobo, da Universidade de Brasília; Nelson Pereira dos Santos, cineasta de fama mundial; Wladimir Carvalho e Roberto Pires, cineastas de Brasília; Wilson M. Andrade Filho e Bismarque Villa Real, realizadores de vídeo. A presidência fica com José Roberto Arruda, chefe da Casa Civil do governo Joaquim Roriz", diz Stumpf.

O secretário executivo do pólo acha que a variedade e a representatividade dos integrantes do conselho, além da própria sistemática que será adotada na seleção dos projetos, representarão um diferencial "altamente positivo". Publicados os editais, as propostas vão ser analisadas pelos comitês assessores (que serão contratados exclusivamente para esta função, por prazo fixo). Em seguida, os relatórios dos comitês vão para o conselho, que, em sessão pública, tomará a decisão. Quem apresentar um projeto terá direito a defendê-lo perante o conselho. "Acredito que isso vai mostrar a todos que não haverá favorecimentos", diz Stumpf. Quanto à questão de exigência de uma filial em Brasília às empresas candidatas ao financiamento, ele explica que é a contrapartida para o governo. "Com o dinheiro na mão, o vencedor pode ir rodar seu filme ou vídeo onde quiser. Mas o ICMS é pago aqui. Acho que é justo", conclui Stumpf.